

### Do “made in USA” ao “made in China”... e volta

Um terço das empresas norte-americanas presentes na China e com lucros anuais superiores a mil milhões de dólares, está a planear fazer regressar as fábricas aos EUA.

Uma linha de montagem de dispositivos Apple é ativada num instante. A legião de 8.000 operários acorda à meia-noite, toma uma chávena de chá e um biscoito e, em meia hora, está pronta para colocar os vidros de ecrã em dezenas de milhares de unidades de um novo modelo de iPad.

Assim acontece na China, e esse é o maior desejo de qualquer empresário: a possibilidade de contar, de um momento para o outro, com os braços suficientes para satisfazer qualquer encomenda. Dessa agilidade depende a mais rápida colocação de um artigo no mercado, em quantidades suficientes para satisfazer a procura de milhões de potenciais consumidores.

Essa aspiração, nas três últimas décadas, tornou-se realidade quotidiana no país asiático, que conta com uma disponibilidade de força laboral a tempo e a destempo (dificilmente uma cama num dormitório coletivo, uma chávena de chá e um biscoito terão atrativo suficiente para mobilizar 8.000 operários norte-americanos, belgas ou japoneses numa fábrica de montagem), custos salariais muito baixos (apenas 2% do preço de venda de um iPad se destina a pagar salários chineses), e um mercado interno de 1.300 milhões de pessoas.

Talvez por isso, o falecido Steve Jobs, fundador da Apple, não hesitou em responder ao presidente norte-americano Barack Obama, durante um jantar em 2011, que os postos de trabalho mantidos pela empresa no gigante asiático “nunca” regressariam a solo norte-americano.

#### A China já não é tão barata

A cautela aconselha, todavia, ao “nunca digas nunca”. Uma fonte do Boston Consulting Group assegurava, em abril passado, que cerca de um terço das empresas norte-americanas presentes na China e com lucros anuais superiores a mil milhões de dólares, está a planear fazer regressar as fábricas aos Estados Unidos, o que poderia significar entre dois e três milhões de novos postos de trabalho.

“Quando se pagavam 58 centavos por hora, fazer regressar as fábricas era impossível, mas a três ou seis dólares, que é o nível atual dos salários na China costeira, mudam todas as variáveis da equação”, informou Harold L. Sirkin, executivo da empresa consultora.

Isso era de esperar, e é justo: com a prosperidade evidente aos seus olhos, os trabalhadores chineses querem ver aumentados os seus pagamentos, encurtados os seus abusivos horários laborais, e receber alguns outros benefícios, à semelhança dos que exigiram na devida altura os operários taiwaneses, sul-coreanos e japoneses. E é uma das causas pelas quais, segundo “The Economist”, os custos laborais têm vindo a aumentar a 20% ao ano.

#### EUA: um elevado potencial produtivo

O Nexus Q Home Media Player é um aparelho desenvolvido pela Google para ligar sem fios à Internet o sistema de TV ou de som de um lar, o que permite descarregar áudio e vídeo da rede. Os engenheiros que criaram o utensílio, dotado de um microprocessador semelhante ao dos *smartphones* e sete circuitos impressos, confessaram que tiveram a possibilidade de encontrar a quase totalidade dos componentes em fábricas dos Estados Unidos. E a fábrica onde são montados fica a apenas 15 minutos de automóvel da sede da Google.

Precisamente o contrário – a dificuldade para ter à mão todas as partes integrantes de um produto – é o que havia convencido muitos a ir a acoplar os seus artigos à China, onde existe toda uma rede de fábricas fornecedoras situadas nas proximidades de gigantescos centros de montagem como o da Foxconn, em Shenzhen. Aí, com 230.000 empregados distribuídos em turnos de 12 horas, seis dias por semana, qualquer processo é rápido. Além disso, a possibilidade de reunir 8.700 engenheiros industriais para dirigir esse volume de trabalhadores – para a Apple, isso levaria, pelo menos, nove meses nos EUA – induziu empresas como Amazon, Dell, Hewlett-Packard, Motorola, Nintendo, Nokia, Samsung e Sony, entre outras, a optar por utilizar as vantagens chinesas.

Ora, segundo analistas, os EUA possuem ainda um formidável potencial produtivo, e os mesmos benefícios monetários que a China alcançou na sua produção industrial, obtiveram-nos os EUA com a décima parte da força laboral com que o país asiático o conseguiu.

Além deste aspeto favorável, outros critérios podem estar a persuadir os que, como Steve Jobs, um dia se declararam orgulhosos com o *made in USA* e uma semana depois colocaram as suas empresas no sudeste chinês. A alta nos preços da energia e dos transportes, o risco do roubo da propriedade intelectual, e a vantagem de os dirigentes norte-americanos do processo industrial poderem deslocar-se rapidamente às instalações fabris – não em voos de 16 horas, funcionam como excelentes argumentos.

### Os transportes encareceram

As empresas Chesapeake Bay Candle e Peerles AV tomaram nota. Segundo “The Economist”, a primeira costumava embarcar na China, para os EUA, carregamentos das suas bonitas velas. Mais tarde, quando os EUA subiram as taxas alfandegárias para os produtos fabricados no gigante asiático, a empresa começou a produzi-las no Vietname. Mas, em junho de 2011, abriu uma fábrica altamente automatizada no Maryland. Devido ao aumento dos custos de produção na Ásia e ao encarecimento dos transportes, a empresa explicou que ter um centro de investigações e desenvolvimento nessa instalação, permitir-lhe-ia responder com maior agilidade às novas tendências.

No caso da Peerles AV, que produz suportes metálicos para todo o tipo de equipamentos de TV, a empresa foi para a China em 2002 à procura de substituir as suas produções de aço pelas de alumínio. Quando as vendas de televisores de ecrã plano aumentaram, a Peerles começou a encontrar por todo o mundo cópias falsificadas dos seus produtos. Isso convenceu os seus dirigentes de que tinha chegado a hora de regressar aos EUA.

Além disso, segundo o presidente da empresa, Mike Campagna, “o custo total de fabricar na China não é tão económico como parece” pois, sempre que aumentaram os custos do transporte marítimo, os contentores encareceram e havia que manter determinadas quantidades de produtos em ambos os países, o que dificultava uma reação às exigências do mercado. Uma mudança de desenho podia levar seis meses a implementar-se. Agora, nos EUA, demora umas duas semanas.

### Atraente, mas menos

As perspetivas, traduzidas em percentagens, têm vindo a fortalecer o que até agora parecia uma tendência emergente. Um inquérito de março revelado pela Câmara de Comércio Norte-Americana na China (AmCham), revelou que 75% das empresas norte-americanas esperam que os seus negócios no país asiático cresçam a um ritmo mais lento durante o ano de 2012, em face do mencionado aumento nos custos operacionais.

Segundo a sondagem, 82% das empresas disseram que tais aumentos dificultaram a operacionalidade dos seus negócios, enquanto que 89% consideram que isto prejudica a vantagem competitiva do país.

Igualmente, embora a estratégia “na China para a China” (a produção de bens e serviços para o enorme mercado local) continue a estabelecer um padrão, os empresários norte-americanos baixaram as suas expectativas, e apenas 20% asseguraram que esse país continuará a ser o melhor destino do seu investimento, contra os 31% que assim o qualificavam em 2011.

Como podemos observar, os dados ainda não chegam para conclusões definitivas sobre o tema, mas de certo modo estão a anunciar uma viragem. De os EUA investirem mais recursos na superação profissional dos seus engenheiros – tal foi a condição expressa por Jobs a Obama –, e da criação de redes de fornecimento mais rápidas e próximas dos centros de inovação tecnológica, dependerá que a subida dos encargos na China se venha a transformar, ou não, numa nova oportunidade na costa oriental do Pacífico.

A. R.

## A China enche o mundo de emigrantes

O relatório anual da OCDE sobre as tendências migratórias (“International Migration Outlook 2012”) mostra uma ligeira retoma da imigração em 2011, depois de três anos de descida. As deslocações para aceder a um posto de trabalho no estrangeiro (migração laboral) continuam em níveis de crise, mas, em sentido contrário, tem vindo a aumentar a emigração estudantil. A China volta a ser o país com mais deslocados.

Os dados que a OCDE dá por definitivos correspondem a 2010, mas o relatório avança também algumas previsões sobre 2011, baseadas em cálculos feitos pelos governos de cada país.

Um destes cálculos é dos que se referem à “primavera árabe”: embora seja muito difícil conhecer o número de deslocados, foi possível saber que os pedidos de asilo cresceram 20% em 2011.

Enquanto que, em 2010, a imigração teria descido 2,5% em relação ao ano anterior – o estudo só se refere à que chega aos países da OCDE –, as estimativas para 2011 mostram um aumento nos Estados Unidos, Austrália e em todos os países europeus da OCDE, exceto Espanha, Itália e Suécia.

A confirmarem-se os dados, tanto os Estados Unidos como a Europa estariam a experimentar uma mudança de tendência significativa, depois de, em 2010, terem recebido 8% e 3% menos de imigrantes respetivamente (excluindo-se, no caso europeu, as deslocações intracontinentais). Pelo contrário, nesse mesmo ano, Canadá, Coreia do Sul e México cresceram 10%. Filipinas, China e Estados Unidos são os países de origem mais comuns para cada um deles.

Apesar da crise económica ter paralizado a criação de empregos em grande parte do mundo, as migrações não se ressentiram tanto como se esperava, graças a vários fatores, entre os quais, a globalização dos mercados laborais e os acordos de livre circulação de pessoas. Outro facto é o estabelecimento de uma classe média cada vez mais numerosa nalguns países emergentes e muito povoados.

### **A imigração segundo o país de origem**

Os países de onde mais se emigrou em 2010 para algum outro da OCDE foram, por esta ordem: China (508.000 pessoas), Roménia (289.000), Índia (252.000), Polónia (223.000). Seguem-se Filipinas, México, Estados Unidos, Marrocos, Grã-Bretanha e Alemanha, cada um com mais de 100.000 saídas, mas menos de 200.000. Neles podem observar-se diferentes tendências.

China, Roménia e Índia experimentaram um crescimento contínuo de 2000 a 2010, embora com muito menos intensidade na segunda metade da década, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos. Na Polónia e nas Filipinas, a emigração aumentou muito bruscamente de 2000 a 2005, mas desceu a seguir até 2009, de modo muito mais acentuado nas Filipinas. Em 2010, ambos os países voltaram a crescer. O número de emigrantes mexicanos (dirigidos fundamentalmente para os Estados Unidos) e alemães foi aumentando desde 2000, mas em 2010 baixou de forma brusca, uma tendência negativa que foram experimentando Marrocos e Grã-Bretanha desde meados da década.

Se examinarmos os dados da emigração como uma percentagem do número de habitantes do país, a China desaparece dos primeiros lugares, ocupados por Roménia, Bulgária, República Dominicana, Polónia e Marrocos. Roménia e Bulgária estão a despovoar-se a um ritmo superior a 1% ao ano. A Polónia já é o principal país de origem dos imigrantes que chegam à Dinamarca, Alemanha, Islândia, Noruega e Holanda. Se os polacos preferem o norte da Europa, os romenos voltam-se para o sul do continente: são o coletivo mais numeroso em Itália, Portugal e Espanha, assim como na Hungria, e o segundo na Áustria, Dinamarca e Alemanha.

### **O caso chinês**

A emigração chinesa merece um capítulo à parte. Em 2010, constituiu 10% do total dos chegados a países da OCDE, tanto como toda a africana. A China foi o país de origem maioritário entre os imigrantes que chegaram ao Japão e Coreia do Sul (mais de 50% provinham do gigante asiático), o segundo nos Estados Unidos e Austrália, e o terceiro no Canadá, onde tinham vindo a perder presença a favor dos indianos e dos filipinos. No total, mais de meio milhão de chineses abandonaram esse país em 2010.

Estes dados explicam em grande parte que a Ásia seja, em números brutos, o continente do qual mais se emigra, seguido pela Europa e América. No entanto, em termos relativos, os europeus continuam a ser os mais propensos a emigrar – fundamentalmente para outros países do continente –, e isso

apesar dos grandes fluxos que vão do México para os Estados Unidos e de África para a Europa. Tanto na América Latina como em África, as deslocações diminuíram relativamente a 2009.

A emigração por estudos constitui somente 5% do total, mas serve como indicador para uma futura emigração por trabalho. Mais uma vez, os chineses formam o principal coletivo emigrante, e junto com os indianos englobam já 25% dos estudantes internacionais. A Austrália já é o terceiro destino preferido depois dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

O relatório da OCDE adverte que “a longo prazo, se a Ásia se desenvolver e começar a oferecer trabalhos que não só atraiam os próprios asiáticos, como também pessoas de fora, os países da OCDE não poderão continuar a contar com esta corrente estável de trabalhadores qualificados que hoje em dia chegam do continente asiático”.

### **Jovem e imigrante, o perfil mais castigado pela crise**

Durante a década de 2000 a 2010, 70% do aumento na força laboral europeia, e 47% na dos Estados Unidos, deveu-se aos imigrantes. Com as baixas taxas de natalidade ocidentais, a imigração é chamada a continuar a sustentar a produção: “A sua contribuição vai crescer em importância – salienta o relatório – à medida que se for reformando a geração do *baby-boom*”.

No entanto, a crise económica abateu-se sobre os que abandonaram o país de origem, e especialmente os jovens. A taxa de desemprego dos imigrantes aumentou em média 4,5 pontos percentuais, para apenas 2,5 dos originais do país. Além disso, aqueles estão sobre representados entre os sem emprego de longo prazo, e também nos setores menos estáveis, pelo que a proporção de desempregados estrangeiros poderia crescer ainda mais em pouco tempo.

Os jovens imigrantes estão a sofrer, além do mais, com o desemprego que está a afetar de modo especial a juventude em quase todos os países em crise (desde dezembro de 2007 a janeiro de 2012, o desemprego juvenil aumentou em mais de dois milhões de pessoas entre todos os países da OCDE).

Na Holanda, Suécia, Suíça, Eslovénia e Áustria, a juventude imigrante tem até duas vezes mais possibilidades do que a originária do próprio país de estar desempregada. Pelo contrário, a percentagem de desempregados é maior entre os originais dos Estados Unidos, Grécia, Itália, Grã-Bretanha e República Checa. De facto, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, há uma maior percentagem de desempregados de longo prazo entre os nascidos no país, que entre os imigrantes.

Em geral, os jovens imigrantes também têm estado sobre representados nos trabalhos temporários e a tempo parcial. A magnitude da desvantagem que constitui ser jovem no atual mercado laboral, também pode ser apreciada entre os imigrantes: a taxa de desemprego dos jovens duplica a dos adultos em quase todos os países da OCDE (com exceção da

Dinamarca, República Checa e Alemanha). Na Nova Zelândia é quatro vezes maior, e na Austrália, Itália, Suécia e Grã-Bretanha aproxima-se do triplo.

F. R. – B.

Segundo um quadro publicado em “Aceprensa”:

